

Demonstrações Contábeis

Renosa Participações S.A.

31 de dezembro de 2017
com Relatório do Auditor Independente

Renosa Participações S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas... .1

Demonstrações contábeis auditadas individuais e consolidadas

Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Renosa Participações S.A.
Cuiabá - MT

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Renosa Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renosa Participações S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo

quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

a) Valor recuperável do ágio gerado em combinações de negócios

Conforme divulgado nas notas explicativas 2.13, 14 e 16, a Companhia, em 31 de dezembro de 2017, possuía registrado em seus ativos intangíveis consolidados, ágio pago por expectativa de rentabilidade futura no valor de R\$ 554.540 mil e R\$ 2.909.769 mil, referente a licenças, originados de combinações de negócios ocorridas em exercícios anteriores. Anualmente, a Companhia realiza o teste da redução ao valor recuperável destes ativos, conforme previsto pelo CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos para ativos intangíveis de vida útil indefinida e ágio por rentabilidade futura. Este processo é complexo e envolve um alto grau de subjetividade, bem como é baseado em diversas premissas, tais como a determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, projeção de inflação, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios das controladas da Companhia para os próximos anos. Estas premissas serão afetadas pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros do Brasil, os quais não podem ser estimados com precisão.

Consideramos o teste anual de impairment como um dos principais assuntos de auditoria devido ao alto grau de subjetividade e complexidade nas premissas e cálculos envolvidos, bem como, pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis individuais, em razão do impacto sobre os investimentos e sobre a aplicação do método de equivalência patrimonial, e demonstrações contábeis consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação, com auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, do modelo utilizado para mensurar o valor recuperável e as premissas, projeções e metodologias utilizadas pela Companhia, em particular aquelas relacionadas às estimativas de vendas futuras, taxas de crescimento e de desconto utilizadas nos fluxos de caixa descontados e margem de lucro da unidade geradora de caixa na qual o ágio foi alocado. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas utilizadas nos cálculos de redução ao valor recuperável, principalmente aquelas que tiveram efeito mais significativo na sua determinação.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas para avaliação da recuperabilidade desses ativos intangíveis são aceitáveis, no contexto das demonstrações

contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

b) Provisões para contingências tributárias

Determinadas investidas da Companhia estão envolvidas em ações tributárias judiciais e processos administrativos originados no curso normal de suas operações perante tribunais e órgãos governamentais no valor de aproximadamente R\$ 1,8 bilhão, conforme divulgado na nota explicativa 25. As estimativas de perda são avaliadas pela Administração periodicamente e levam em consideração as posições dos assessores jurídicos externos que patrocinam as referidas causas. Essas provisões envolvem julgamento dos assessores jurídicos externos e da Administração, e dependem do estágio de cada processo e do andamento de jurisprudências que podem mudar com o passar do tempo.

A área de provisões para contingências foi um dos focos de nossa auditoria em decorrência do grau de julgamento nas estimativas de probabilidade de perda emensuração de eventual obrigação presente, que podem levar ter impactos significativos sobre a posição patrimonial e financeira e desempenho das operações.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o apoio de nossos especialistas tributários, nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) Revisão das principais atas de reuniões e reuniões com a administração para discussões de processos judiciais; (ii) Obtenção de cartas de confirmação diretamente junto aos assessores jurídicos externos da Companhia e comparação das posições por eles informadas, incluindo a avaliação do prognóstico de perda associada às causas e as estimativas de possível desembolso futuro para liquidar uma eventual obrigação com a posição da estimativa da administração; e (iii) Avaliamos se as divulgações para as contingências mais significativas foram adequadamente incluídas em nota explicativa.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, assim como divulgações efetuadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando

aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as

respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 27 de março de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O-7-T-CE

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	605	370	73.809	308.858
Aplicação financeira de curto prazo	5	1.333	-	599.348	-
Contas a receber	7	-	-	313.612	395.338
Partes relacionadas	8	-	-	36.286	34.799
Estoques	9	-	-	250.411	263.720
Tributos a recuperar	10	1.693	1.410	241.514	258.745
Instrumento financeiro derivativo	22	-	-	39.814	34.573
Dividendos a receber	14	16.348	72.794	-	-
Despesas antecipadas	12	-	-	14.025	21.413
Outros ativos		-	5.044	26.914	21.468
		19.979	79.618	1.595.733	1.338.914
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		-	-	34.150	53.396
Conta vinculada	6	-	-	46.602	72.296
Tributos a recuperar	10	-	-	117.621	117.140
Tributos diferidos	11	-	-	19.612	60.691
Instrumento financeiro derivativo	22	-	-	22.696	51.963
Depósitos judiciais	13	-	-	195.881	192.277
Despesas antecipadas	12	-	-	5.748	6.255
Investimentos	14	2.668.745	2.776.528	182.417	139.014
Imobilizado	15	-	-	1.693.787	1.730.596
Intangível	16	-	-	3.562.429	3.564.839
		2.668.745	2.776.528	5.880.943	5.988.467
Total do ativo		2.688.724	2.856.146	7.476.676	7.327.381

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	18	36	90	504.886	457.350
Fornecedores risco sacado	19	-	-	200.152	131.645
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	289.194	349.876
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	8.597	16.846
Subvenções governamentais	23	-	-	16.695	18.266
Obrigações trabalhistas e sociais	24	-	-	95.566	95.020
Obrigações com arrendamento mercantil		-	-	3.642	8.322
Obrigações tributárias	10	1	1	110.728	113.438
Tributos parcelados		-	-	155	197
Debêntures	21	60.259	56.995	162.216	164.787
Dividendos a pagar		3.260	54.451	11.682	91.951
Partes relacionadas	8	-	-	2.877	4.729
Outras contas a pagar		-	-	4.066	43.089
Total do passivo circulante		63.556	111.537	1.410.455	1.495.516
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	20	-	-	1.178.720	657.405
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	750	789
Subvenções governamentais	23	-	-	39.393	38.543
Obrigações com arrendamento mercantil		-	-	4.158	7.850
Tributos parcelados		-	-	1.688	1.768
Obrigações com antigos acionistas	6	-	-	46.602	72.296
Debêntures	21	391.293	423.952	451.018	585.607
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	25	-	-	210.337	191.467
Outras contas a pagar		-	-	99	379
Total do passivo não circulante		391.293	423.952	1.932.765	1.556.104
Patrimônio líquido	26				
Capital social		533.671	533.671	533.671	533.671
Reserva de capital		250.461	250.461	250.461	250.461
Outros resultados abrangentes		2.307	(2.232)	2.307	(2.232)
Reserva de lucros		1.447.437	1.538.757	1.447.436	1.538.757
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		2.233.876	2.320.657	2.233.875	2.320.657
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.899.581	1.955.104
Total do patrimônio líquido		2.233.875	2.320.657	4.133.456	4.275.761
Total do passivo e patrimônio líquido		2.688.724	2.856.146	7.476.676	7.327.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Receita operacional líquida	27	-	-	3.455.718	3.883.342
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	28	-	-	(2.245.472)	(2.471.734)
Lucro bruto			-	1.210.246	1.411.608
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	29	-	-	(576.325)	(558.093)
Gerais e administrativas	30	(148)	(467)	(294.096)	(232.464)
Resultado de equivalência patrimonial		68.831	306.503	11.674	3.450
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas			-	1.947	15.525
Lucro operacional		68.683	306.036	353.446	640.026
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	31	1.392	2.473	235.745	141.513
Despesas financeiras	31	(56.334)	(79.241)	(485.817)	(343.289)
		(54.942)	(76.768)	(250.072)	(201.776)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.741	229.268	103.374	438.250
Impostos correntes	11	(14)	-	(17.982)	(16.670)
Impostos diferidos	11	-	-	(36.207)	(34.417)
		(14)	-	(54.189)	(51.087)
Lucro líquido do exercício		13.727	229.268	49.185	387.163
Atribuível aos acionistas não controladores			-	(35.458)	(157.895)
Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora		13.727	229.268	13.727	229.268
Quantidade de ações no final do exercício - em milhares		396.244	396.244		
Lucro líquido por lote de mil ações - em reais		0,03	0,58		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício		13.727	229.268	13.727	387.163
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	22	8.022	3.039	12.156	4.605
Tributos diferidos sobre o resultado com instrumentos financeiros derivativos	11	(3.216)	(879)	(4.872)	(1.332)
Vencimento de resgate de ações de minoritários da CMR	6	-	3.342	-	3.342
Outros resultados abrangentes		(267)	313	(405)	476
		4.539	5.815	6.879	7.091
Resultado abrangente total do exercício		18.266	235.083	20.606	394.254
Atribuível a:					
Acionistas controladores		-	-	18.266	235.083
Acionistas não controladores		-	-	2.340	159.171
Resultado abrangente total do exercício		18.266	235.083	20.606	394.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Notas	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total	Participação de não controladores	Total
			Legal	Reserva para investimentos	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados				
Em 31 de dezembro de 2015	533.671	250.461	85.937	1.236.845	91.404	-	(8.048)	2.190.270	1.909.762	4.100.032
Dividendos pagos	26	-	-	-	(50.246)	-	-	(50.246)	-	(50.246)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(76.328)	(76.328)
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(37.500)	(37.500)
Outros resultados abrangentes	22	-	-	-	-	-	5.816	5.816	1.275	7.091
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	229.268	-	229.268	157.895	387.163
Destinação do lucro:	26									
Constituição de reservas		-	11.463	-	163.354	(174.817)	-	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(54.451)	-	(54.451)	-	(54.451)
Em 31 de dezembro de 2016	533.671	250.461	97.400	1.236.845	204.512	-	(2.232)	2.320.657	1.955.104	4.275.761
Dividendos pagos	26	-	-	-	(96.749)	-	-	(96.749)	-	(96.749)
Aprovação de dividendos adicionais de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(84.900)	(84.900)
Dividendos pagos antecipadamente		-	-	-	(5.039)	-	-	(5.039)	-	(5.039)
Outros resultados abrangentes	22	-	-	-	-	13.727	4.539	4.539	2.340	6.877
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	13.727	-	13.727	35.458	49.185
Destinação do lucro:	26									
Constituição de reservas		-	686	-	9.781	(10.467)	-	-	-	-
Dividendos propostos		-	-	-	-	(3.260)	-	(3.260)	-	(3.260)
Dividendos mínimos obrigatórios de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(8.421)	(8.421)
Em 31 de dezembro de 2017	533.671	250.461	98.086	1.236.845	112.505	-	2.307	2.233.875	1.899.581	4.133.454

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixas

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	13.727	229.268	49.185	387.163
Ajustes para reconciliar o lucro líquido				
Depreciação e amortização	-	-	272.897	256.378
Resultado da equivalência patrimonial	(68.831)	(306.503)	(11.674)	(3.450)
Baixa de ativo imobilizado	-	-	14.973	3.434
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	36.207	34.417
Constituição de provisão para contingências	-	-	34.786	41.260
Provisão para remuneração de pessoal chave	-	-	7.256	-
Provisão para perdas de estoque/Imobilizado	-	-	1.663	(4.230)
Ajuste a valor presente/PCLD/Descontos Grandes Redes	-	-	17.918	6.096
Juros e Rendimentos, líquidos	54.749	78.958	193.270	199.054
MTM dos instrumentos financeiros derivativos	-	-	2.515	(49.972)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	24.858	52.097
	(355)	1.723	643.854	922.247
(Acréscimos) decréscimos de ativos e passivos				
Contas a receber	-	-	70.123	(81.031)
Partes relacionadas	-	-	(3.343)	12.445
Estoques	-	-	12.580	23.793
Despesas antecipadas	-	-	7.886	2.194
Depósitos judiciais	-	-	5.042	(3.596)
Outros ativos	5.962	(9)	(3.205)	8.526
Fornecedores	(54)	90	46.629	146.379
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	-	-	(6.710)	8.430
Operação de risco sacado	-	-	70.378	-
Obrigações tributárias líquido dos impostos a recuperar	(284)	(680)	14.037	55.135
Provisões para contingências	-	-	(49.420)	(64.099)
Outros passivos	-	-	(39.299)	19.860
Caixa gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	5.269	1.125	768.552	1.025.393
Pagamento de juros sobre empréstimos, debêntures e arrendamento mercantil	(71.254)	(14.765)	(167.586)	(118.240)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais	(65.985)	(13.640)	600.966	907.153
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Títulos e valores mobiliários	(860)	3.342	23.428	(4.061)
Aplicações financeiras de curto prazo	-	-	(598.015)	-
Aumento de investimentos	-	-	(32.134)	(49.685)
Aumento de investimento, líquido do efeito de caixa na desconsolidação da investida	-	-	-	28.613
Aquisições de imobilizado	-	-	(242.141)	(342.741)
Aquisições de intangível	-	-	(9.041)	(23.735)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de investimento	(860)	3.342	(857.903)	(391.609)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	-	1.276.911	271.252
Amortização principal de empréstimos	-	-	(836.901)	(287.163)
Amortização de instrumentos derivativos	-	-	(1.512)	(15.756)
Tributos parcelados	-	-	(121)	(187)
Amortização principal de debêntures	(14.283)	(107.647)	(123.026)	(215.206)
Recebimento de dividendos	237.599	214.500	-	-
Dividendos pagos	(156.238)	(101.575)	(278.639)	(212.075)
Obrigações com arrendamento mercantil	-	-	(14.826)	(22.219)
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	67.078	5.278	21.886	(481.354)
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	235	(5.020)	(235.049)	34.190
Demonstração do acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa				
No início do período	370	5.390	308.858	274.668
No final do período	604	370	73.809	308.858
Acréscimo (decréscimo) no caixa e equivalentes a caixa	235	(5.020)	(235.049)	34.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. (“Companhia” e “Controladora”) foi constituída em 11 de agosto de 2009, tendo como atividade preponderante a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia ou acionista.

Até 30 de junho de 2013, a Renosa Participações S.A. era controladora da Companhia Maranhense de Refrigerantes, Tocantins Refrigerantes Ltda. e Crystal Águas do Nordeste Ltda. e possuía participação minoritária indireta de 34% na Refrescos Guararapes Ltda.. Em 3 de julho de 2013, a Companhia efetuou aquisição de 56% do controle da então Nordeste Refrigerantes S.A. e da Refrescos Guararapes Ltda., incluindo à época a Sucovale - Sucos e Concentrados do Valle Ltda. conforme descrito na Nota 4. Esse controle foi adquirido via constituição da holding Solar.BR Participações S.A. (“Solar.BR”). Em 5 de janeiro de 2015, a Companhia efetuou aquisição adicional de 10% das ações da controlada Solar.BR Participações S.A., passando assim a deter um total de 66% das ações com direito a voto da Solar.BR.

a) Holding controladora das entidades operacionais

A Solar.BR Participações S.A. é de uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de março de 2013, tendo sede em Fortaleza, controladora desde 3 de julho de 2013 da Companhia Maranhense de Refrigerantes, Tocantins Refrigerantes Ltda, Norsa Refrigerantes S.A. Refrescos Guararapes Ltda., e Poty Refrigerantes Ltda. Essas controladas são responsáveis pela manufatura e distribuição dos produtos pertencentes a “The Coca-Cola Company”, bem como da revenda das bebidas produzidas pela Cervejaria Heineken, água mineral produzida pela CAF - Crystal Águas do Nordeste Ltda., bebidas não carbonatadas produzidas pela Leão Alimentos e Bebidas Ltda.. A área de atuação compreende todos os estados do Nordeste, além do Mato Grosso, e parte de Tocantins e Goiás.

A Solar tem como objetivo fortalecer a presença em sua área de atuação através de um plano de investimento voltado a massificar a execução de mercado, bem como incrementar a eficiência em toda sua cadeia produtiva. A Solar.BR Participações S.A. possui como acionistas a Recofarma Industria da Amazônia Ltda. (34%) além da própria Companhia (66%).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

b) Entidades controladas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Companhia mantém investimentos através de controladas diretas e indiretas, todas localizadas no Brasil, conforme segue:

	% de participação	
	2017	2016
Controlada direta:		
Solar.BR Participações S.A.	66,0	66,0
Controladas indiretas (através da Solar.BR):		
Companhia Maranhense de Refrigerantes	-	66,0
Norsa Refrigerantes S.A.	66,0	66,0
Tocantins Refrigerantes Ltda.	66,0	66,0
Refrescos Guararapes Ltda.	66,0	66,0
Poty Refrigerantes Ltda.	66,0	66,0
Controladas em conjunto (<i>joint ventures</i>):		
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	50,00	50,00
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	7,05	6,82
Trop Frutas do Brasil Ltda.	5,81	5,81
UBI 3 Participações Ltda.	11,00	-

Norsa Refrigerantes S.A. ("Norsa") - sociedade anônima de capital fechado que tem como controlada Poty Refrigerantes Ltda. ("Poty") e Tocantins Refrigerantes Ltda. ("Tocref"), que não possuem operações. O objetivo social principal da Norsa é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos atuando nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Piauí, Pernambuco, Bahia e Mato Grosso.

Refrescos Guararapes Ltda. - sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a industrialização e comercialização de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos, atuando nos estados de Paraíba, Sergipe e Maranhão.

Crystal Águas do Nordeste Ltda. ("CAF") - sociedade por quotas de responsabilidade limitada, cujo objetivo social é a fabricação de águas envasadas nos estados de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e parte da Bahia.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Informações gerais sobre a Companhia e controladas--Continuação

c) Reestruturações societárias

Com a finalidade de simplificar a estrutura societária e consolidação das atividades da controlada Solar.BR, bem como redução de custos financeiros, técnicos e operacionais, as seguintes mudanças na estrutura societária foram efetuadas em 2016:

i) Cisão parcial da Companhia Maranhense de Refrigerantes

Em 1º de agosto de 2016, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), a cisão do acervo líquido contábil formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis da CMR. O acervo líquido cindido, avaliado a valores contábeis através de laudo emitido por empresa especializada, foi integralmente incorporado pela Refrescos Guararapes Ltda.. Em decorrência dessa cisão, a região do Estado de Maranhão passou a ser atendida pela Refrescos Guararapes Ltda..

ii) Cisão Parcial da Companhia Maranhense de Refrigerantes

Em 1º de outubro de 2016, foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), a cisão do acervo líquido contábil formado por determinados ativos e passivos apurados por meio dos livros contábeis da CMR. O acervo líquido cindido, avaliado a valores contábeis através de laudo emitido por empresa especializada, foi integralmente incorporado pela Norsa Refrigerantes S.A.. Em decorrência dessa cisão, a região do Estado de Mato Grosso passou a ser atendida pela Norsa Refrigerantes S.A..

iii) Alienação de 50% da Crystal Águas do Nordeste Ltda.:

Em 04 de fevereiro de 2016, foi aprovada a 3ª Alteração do Contrato Social que ratificou o Contrato de Compra e Venda de Quotas entre a Companhia Maranhense de Refrigerantes e a MAA Investimentos e Participações Societárias Ltda. ("MAA"), subsidiária da Coca-Cola Indústrias Ltda. ("CCIL"), através do qual a MAA adquiriu 50% do capital social da Crystal Águas do Nordeste Ltda. ("CAF"). A partir desse momento, o controle da CAF passou a ser realizado de forma compartilhada entre a CMR e a CCIL, na forma de uma joint venture, nos termos definidos pelo CPC 18.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do período.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas Controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros da Diretoria em 23 de fevereiro de 2018.

2.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas são compostas pelas demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2017.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intra grupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de consolidação--Continuação

Com a alienação de 50% da participação no capital social da CAF, o controle da investida passou a ser compartilhado com a CCIL. Portanto, conforme previsto pelo CPC 36, os ativos e passivos da controlada foram desreconhecidos do balanço patrimonial consolidado, a partir de 01 de fevereiro de 2016. A operação passou a ser tratada como negócio em conjunto, na forma de uma joint venture, sendo os resultados reconhecidos utilizando-se do método de equivalência patrimonial.

2.2. Combinação de negócio

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de negócio--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida.

Os investimentos da Companhia em suas controladas e coligadas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial.

Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa, mas sem deter o controle. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

O ágio relacionado com as controladas é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função de o ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*), integrar o valor contábil do investimento nas controladas (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controlada.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Combinação de negócio--Continuação

As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas.

2.3. Investimentos

A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento nas controladas sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado

2.6. Impostos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço. Atualmente, as provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10%, e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas. As controladas da Companhia, fruto dos incentivos fiscais, possuem uma alíquota efetiva para os impostos correntes próxima de 15,25%.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6. Impostos--Continuação

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. O imposto diferido da Companhia se refere a diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Contas a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

2.8. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data de sua contratação. Ocasão em que inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurado ao valor justo por meio do resultado; (ii) mantido até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponível para venda.

As controladas possuem instrumentos financeiros derivativos vigentes e estão divulgados na Nota 19.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber de empresas ligadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, instrumentos financeiros derivativos, empréstimos e financiamentos, obrigações com arrendamento mercantil, subvenções governamentais e contas a pagar a empresas associadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas efetuaram o cálculo do ajuste a valor presente incidente sobre o saldo do passivo das subvenções governamentais.

2.10. Imobilizado

O ativo imobilizado é apresentado ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, estão demonstradas na Nota 13.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11. Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia e suas controladas basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a as controladas da Companhia obterão a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.12. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.13. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Ativos intangíveis--Continuação

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.14. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias-primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas de vendas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos ocorra para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Administração da Companhia e suas controladas provisionaram a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

2.17. Informações por segmento

A Companhia atua no segmento de produção e comercialização de bebidas. As unidades operacionais da Companhia e suas Controladas em conjunto fazem parte de um único processo produtivo. Dessa forma, conclui-se sobre a existência de uma única unidade geradora de caixa e consequentemente sobre a existência de um único segmento operacional.

2.18. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo CPC e/ou IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das informações intermediárias da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos, quando aplicáveis, quando se tornarem vigentes.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor-- Continuação

- a. CPC 47 - Receita de contratos com cliente: A nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações contábeis;
- b. CPC 48 - Instrumentos Financeiros: Tem o objetivo, em última instância, de substituir o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros, que estão atualmente no escopo do CPC 38, em duas classificações: custo amortizado e valor justo; (iii) as categorias de disponíveis para venda e mantidos até o vencimento do CPC 38 foram eliminadas; e (iv) o conceito de derivativos embutidos do CPC 38 foi extinto pelos conceitos desta nova norma. A norma entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações contábeis.
- c. IFRS 16 - Leasing: Estabelece que os arrendamentos sejam reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrado um passivo para pagamentos futuros e um ativo intangível para o direito de uso. A definição de arrendamento abrange todos os contratos que dão direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia está avaliando o impacto nas suas demonstrações contábeis.

2.19. Contabilidade de hedge

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado;

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Contabilidade de hedge--Continuação

- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado;
- *Hedge* de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 15.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 10.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial é obtido através de mercados ativos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos	8	10	34.086	35.711
Aplicações financeiras	597	360	39.723	273.147
	605	370	73.809	308.858

Equivalentes de caixa correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito, são remuneradas pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a percentual médio de 95,9% (2016: 95% a 101%) e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia e suas controladas, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata. Estas operações têm vencimentos inferiores a 3 meses da data de contratação e com compromisso de recompra pelo emissor. A natureza das operações está demonstrada abaixo:

Equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
CDB	-	-	2.057	16.140
Debêntures compromissadas	597	360	37.666	257.007
	597	360	39.723	273.147

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

5. Aplicações financeiras de curto prazo

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui registrado em aplicações financeiras de curto prazo o montante de R\$ 1.333 na controladora e R\$ 599.348 no seu consolidado, referente a fundos de investimento, compostos substancialmente por títulos públicos federais, títulos de crédito privado e operações compromissadas, remunerados à taxa média 106% da taxa do CDI, não havendo carências para efetuar o resgate das cotas.

6. Conta vinculada e obrigações com antigos acionistas (consolidado)

	2017	2016
Não circulante		
Conta garantida com o Grupo Lago (i)	783	732
Conta garantida com o Grupo Vieira (ii)	45.819	71.564
	46.602	72.296

- (i) A controlada Norsa possui R\$783 (R\$732 em 2016), recebido pela incorporação da Renosa Indústria Brasileira de Bebidas S/A ocorrida em 30 de setembro de 2012, referente à conta vinculada (escrow) contratada junto ao Banco Citibank S.A. (depositário), quando da aquisição do controle acionário da CMR em maio de 2006, junto ao antigo controlador. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação vai depender dos prazos prescricionais dos processos.
- (ii) A controlada Norsa possui R\$45.819 (R\$71.564 em 2016) aplicados em CDB e fundos de investimento no Banco Bradesco referente à conta vinculada (escrow) contratada quando da negociação das aquisições da CBA Indústria e Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda (posteriormente incorporada em agosto 2013) e CAF. A expectativa de liquidação destes valores ou sua liberação ao antigo acionista se dará parte até 2018 e parte do saldo a depender dos prazos prescricionais dos processos.

Esses valores servem para garantir processos cíveis, tributários, trabalhistas e outras contingências de responsabilidade dos antigos acionistas, que porventura venham a surgir contra a Companhia. Esses passivos, registrados a valor justo, se aproximam do valor depositado da conta vinculada. A controlada Norsa reconhece o mesmo valor aplicado em conta vinculada como obrigações com os antigos acionistas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

7. Contas a receber (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as contas a receber de clientes possuíam a seguinte composição:

	2017	2016
Partes relacionadas (Nota 8)	1.366	909
Contas a receber de clientes.	344.177	414.758
	345.543	415.667
(-) Ajuste a valor presente	(1.088)	(1.943)
(-) Abatimentos	(13.054)	(7.711)
	331.401	406.013
(-) Perda por redução ao valor recuperável	(17.789)	(10.675)
	313.612	395.338

A Companhia e suas controladas têm como prática calcular a provisão para perda ao valor recuperável com os seguintes critérios, 15% dos saldos vencidos de 31 a 60 dias; 30% dos saldos vencidos de 61 a 120 dias; e 100% dos saldos vencidos acima de 120 dias.

Adicionalmente, a Companhia efetua a análise individual dos clientes para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Vide a seguir as movimentações na provisão para provisão para crédito de liquidação duvidosa dos montantes a receber (ver divulgação sobre risco de crédito na Nota Explicativa).

	Provisão para crédito de liquidação duvidosa
Em 31 de dezembro de 2015	(9.474)
Constituição	(15.195)
Baixas incobráveis	13.994
Em 31 de dezembro de 2016	(10.675)
Constituição	(13.911)
Baixas incobráveis	6.797
Em 31 de dezembro de 2017	(17.789)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	2017	2016
A vencer	289.312	331.570
Vencidos:		
1 a 30 dias	8.131	52.050
31 a 60 dias	1.415	3.317
61 a 120 dias	6.020	5.844
121 a 360 dias	15.702	5.758
Vencidos há mais de 360 dias	10.821	7.474
	331.401	406.013
(-)Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(17.789)	(10.675)
	313.612	395.338

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2017 o giro médio das contas a receber de clientes foi de 18 dias (34 dias em 2016).

8. Partes relacionadas (Consolidado)

As tabelas a seguir apresentam os saldos em aberto, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

	2017	2016
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 6)		
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	1.067	800
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	299	109
	1.366	909
Contas a receber de empresas associadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	26.528	15.479
Holdco 0 Participações S.A.	-	5
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	6.361	15.252
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	3.397	4.063
	36.285	34.799
Passivo circulante – Fornecedores (Nota 16)		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	76.920	78.340
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	11.146	9.660
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	9.830	13.138
Total Distribuidora Ltda.	18.653	18.894
	116.549	120.032
Contas a pagar a empresas associadas		
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	2.823	3.349
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	54	
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.		1.380
	2.877	4.729

A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. é o principal fornecedor de insumos da Companhia. A mesma fornece o concentrado, principal matéria-prima para fabricação de refrigerantes. A Recofarma é uma empresa do grupo “*The Coca-Cola Company*”.

Empresas líderes do conglomerado

A Renosa Participações S.A. é uma *joint venture* controlada conjuntamente pela Calila Investimentos S.A., TJ Participações S.A. e Refrigerantes do Noroeste Participações S.A. (acionistas diretos da também investidora Holdco 0 Participações S.A.) representando 69,1% das ações, com participação da Forsab Investments (Proprietary) Limited e Manchional Investment Holding S.A.R.L., conjuntamente representando 30,9% das ações.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas (Consolidado)--Continuação

Entidades com influência significativa sobre a Companhia e controladas

A Renosa Participações S.A. é detentora de 66% das ações ordinárias da Solar. BR Participações S.A.. A Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. detém os 34% remanescentes das ações ordinárias da Solar.BR.

Joint ventures em que a Companhia tem participação indireta

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a controlada Solar.BR detém, indiretamente através de sua controlada Norsa, 6,81% do capital da Leão Alimentos e Bebidas Ltda.. Adicionalmente, em 2016, a Norsa adquiriu participação de 5,79% do capital da Trop Frutas do Brasil Ltda., produtora de polpa de frutas localizada em Linhares, ES.

Em 31 de dezembro de 2016, a controlada Solar.BR detém, 50% do capital social da Cristal Águas do Nordeste Ltda. (100% em 2015). Conforme comentado na Nota 1(c), em fevereiro de 2016 a CMR concluiu a venda de 50% das quotas do capital social da CAF. Essa investida deixou de ser consolidada em 2016.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços contratados entre as partes. O contas a receber de empresas associadas, no ativo circulante, e a conta de fornecedores referentes a Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., Total Distribuidora Ltda., Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e Crystal Águas do Nordeste Ltda representam operações mercantis entre partes relacionadas, realizadas a preços e prazos acordados entre as partes. A Leão Alimentos e Bebidas Ltda. e a Total Distribuidora Ltda. são fabricantes das bebidas não carbonatadas, já a Crystal Águas do Nordeste Ltda na fabricação de águas envasadas.

Demonstração a natureza das transações entre as partes relacionadas no quadro abaixo:

Parte Relacionada	Natureza das transações
Recofarma Indústria do Amazonas Ltda.	Compra de matéria prima concentrado
Leão Alimentos e Bebidas Ltda.	Compra de produtos para revenda
Total Distribuidora Ltda.	Compra de produtos para revenda
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	Compra de produtos para revenda

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas

No exercício de 2017, as despesas com honorários dos conselheiros e diretores da Companhia, totalizaram R\$20.597 (R\$17.284 em 2016).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Partes relacionadas--Continuação

Plano de remuneração baseado em ações virtuais da diretoria

O Programa de Incentivo de Longo Prazo foi iniciado em julho de 2013 e visa regulamentar a remuneração variável de longo prazo concedida a determinados executivos da Companhia, denominada “Bônus de Longo Prazo com Conversão para Phantom Shares após Período de Performance” (“Plano”), e tem por finalidades principais:

- i. incentivar a superação de metas e a maximização dos resultados da Companhia;
- ii. alinhar os interesses dos beneficiários do Plano com os interesses dos acionistas da Companhia;
- iii. fomentar a criação de cultura em que os executivos atuem como donos da Companhia (senso de propriedade); e
- iv. possibilitar à Companhia a manutenção de executivos, oferecendo-lhes, como vantagem adicional, a oportunidade de auferirem vantagem patrimonial decorrente do bom desempenho e da valorização da Companhia.

São elegíveis o Presidente, Vice-Presidente e Diretores ao plano que abrange metas de ciclo de 3 anos que, conforme o seu alcance, acarretarão na concessão de ações virtuais da Companhia (“Phantom Shares”), as quais poderão ser convertidas em espécie (R\$) e resgatadas pelos executivos após período de carência.

As metas atreladas ao Plano são estipuladas pela Diretoria da Companhia e aprovadas em reunião do Conselho de Administração, que também estabelece as regras de carência e resgate.

Na data da outorga este valor é convertido em phantom shares. O resgate pelo associado pode ser realizado até o 10º ano seguinte ao período de outorga.

O preço de exercício será reajustado pela variação do lucro líquido da Companhia entre a data da outorga e a data de exercício, calculado como um múltiplo do phantom share até o ciclo 2016 a 2018 e a partir do ciclo de 2017 pela metodologia “Valuation”.

O saldo “vested” de “phantom shares” provisionado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$6.622 (R\$8.721 em 31 de dezembro de 2016), calculadas no preço individual de R\$3,13, vigente no fim do exercício. Este valor sofre variação anual conforme atingimento de metas e valuation da Companhia. Em 2017 foi resgatado pelos funcionários o valor de R\$ 10.588.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

9. Estoques (Consolidado)

	Consolidado	
	2017	2016
Produtos acabados	46.530	45.554
Matéria-prima e embalagem	46.658	49.661
Materiais auxiliares	1.874	2.965
Mercadorias para revenda	58.943	43.389
Almoxarifado (a)	74.741	98.653
Almoxarifado marketing	8.310	10.406
Estoque de vasilhames	2.078	2.000
Estoque de pallets e eucatex	14.603	13.308
Provisão para perdas de estoques	(1.057)	(2.836)
Outros	240	620
	252.920	263.720
(-) Ajuste a valor presente – Estoque (b)	(2.509)	-
	250.411	263.720

(a) O estoque de almoxarifado incluem materiais de uso e consumo e materiais voltado para manutenção dos prédios, veículos, laboratórios, máquinas e equipamentos.

(b) O ajuste a valor presente foi calculado com base no giro de estoque de 12 dias em 2017.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

10. Tributos a recuperar e obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo				
ICMS a recuperar	-	-	83.382	94.218
ICMS a recuperar sobre ativo fixo (b)	-	-	141.046	118.576
IPI a recuperar (a)	-	-	75.260	57.629
PIS a recuperar	-	-	2.539	6.758
COFINS a recuperar	-	-	11.709	31.488
IRPJ/CSLL a recuperar	-	-	30.826	48.035
Outros impostos a recuperar	1.693	1.410	14.373	19.181
	1.693	1.410	359.135	375.885
Circulante	(1.693)	(1.410)	(241.514)	(258.745)
Não circulante	-	-	117.621	117.140
Passivo Circulante				
ICMS a recolher	-	-	56.797	60.470
IRRF a recolher	-	-	3.042	2.050
IRPJ/CSLL a recolher	-	-	14.548	10.484
PIS a recolher	-	-	5.892	7.395
COFINS a recolher	-	-	24.411	31.314
Outros impostos a recolher	1	1	6.038	1.725
		1	110.728	113.438

- (a) IPI a recuperar - ao longo dos últimos anos, as controladas acumularam créditos de tributos federais em decorrência da forma de tributação do IPI. Com as mudanças ocorridas na legislação a partir do ano de 2012, as controladas pararam de acumular tais créditos em suas transações correntes, sendo estes compensados e recuperáveis a partir de então. O cálculo do IPI é feito com base na alíquota presente na TIPI - Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados para a classe de produtos correspondente. No caso das indústrias, o valor do IPI é calculado em relação ao valor da nota fiscal da mercadoria despachada, que pode eventualmente incluir valores sobre o frete e despesas acessórias. Tomamos créditos de IPI das seguintes entradas: Insumos (pré-forma, concentrado, materiais de embalagens e materiais auxiliares), assim como os produtos de revenda que sejam tributados pelo IPI.
- (b) ICMS a recuperar sobre ativo fixo - a utilização do saldo é em até 4 anos. Conforme quadro abaixo:

	2017
2018	88.081
2019	40.870
2020	10.198
2021	1.897
	141.046

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrado à alíquota de 15%, com o adicional de 10%. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

Em 31 de dezembro de 2017

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	26.164	7.901	34.065
Perda por redução ao valor recuperável	4.447	1.601	6.048
Provisão para contingências	37.156	13.376	50.532
Perdas em operações de swap	29.406	10.586	39.992
Amortização fiscal do ágio	(92.494)	(33.324)	(125.818)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	(1.246)	(448)	(1.694)
Provisões para perdas e outras	12.122	4.365	16.487
	15.555	4.057	19.612

Em 31 de dezembro de 2016

	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízos fiscais e base negativa contribuição social	22.900	8.904	31.804
Perda por redução ao valor recuperável	2.669	961	3.630
Provisão para contingências	47.562	17.123	64.685
Perdas em operações de swap	16.909	6.250	23.159
Amortização fiscal do ágio	(38.642)	(13.953)	(52.595)
Ajuste a valor presente de ativos e passivos, líquido	(5.070)	(1.826)	(6.896)
Provisões para perdas e outras	(2.277)	(819)	(3.096)
	44.051	16.640	60.691

O imposto de renda e a contribuição social diferido ativo da Companhia são constituídos, substancialmente, por diferenças temporárias e prejuízo acumulado, proveniente em sua quase totalidade, de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas. Tendo em vista a imprevisibilidade do encerramento destes processos, não é possível estimar uma data específica da realização.

A companhia desde a sua consolidação em 2013 realizou algumas cisões e incorporações como parte do seu projeto de reorganização societária com objetivo de simplificar sua estrutura, tendo a última sido realizada em 2017, na qual a CMR foi cindida parcialmente para a Regua e totalmente para a Norsa, permitindo a utilização do ágio fiscal e consequentemente gerando uma diferença temporária, que por sua vez resultou na constituição de imposto de renda e contribuição social diferido passivo conforme regido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro (Consolidado)-- Continuação

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	2017	2016
Corrente		
Imposto de renda	(24.176)	(46.427)
Redução de incentivo fiscal (Nota 24)	20.992	40.552
Contribuição social	(14.798)	(10.795)
	(17.982)	(16.670)
Diferidos		
Imposto de renda	(24.914)	(26.646)
Contribuição social	(11.293)	(7.771)
	(36.207)	(34.417)
	(54.189)	(51.087)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social, calculados pela aplicação das alíquotas vigentes, e os valores refletidos no resultado dos exercícios de 2017 e 2016 estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	103.375	438.250
Resultado de incentivos fiscais distribuídos e tributados	195.201	-
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	(35.148)	(149.005)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:		
Redução de incentivo fiscal de imposto de renda	20.992	40.552
Equivalência patrimonial	(3.969)	(1.173)
Exclusão de incentivos fiscais de ICMS	60.097	80.769
Outras exclusões (adições), líquidas	(22.931)	(22.230)
	(54.189)	(51.087)
Alíquota efetiva	15,3%	11,7%

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

12. Despesas antecipadas (consolidado)

	Consolidado	
	2017	2016
Despesas de marketing a apropriar	11.365	14.311
Seguros a apropriar	2.068	753
IPVA a Apropriar	762	1.135
Benefícios a apropriar	979	1.367
Outras despesas a apropriar	4.599	10.102
	19.773	27.668
Circulante	(14.025)	(21.413)
Não circulante	5.748	6.255

13. Depósitos judiciais (Consolidado)

Tendo em vista a existência de dúvidas quanto à legalidade e constitucionalidade da cobrança de determinados tributos e encargos sociais, a controladora e as controladas ajuizaram ações, efetuando depósitos em juízo dos valores questionados. Os principais depósitos judiciais referem-se a:

	Consolidado	
	2017	2016
Causas trabalhistas	62.072	73.019
Fiscais - ICMS	2.157	1.376
Fiscais - COFINS	21.486	19.635
Fiscais - INSS	46.058	38.523
Fiscais - outros	61.140	57.421
Causas cíveis	2.968	2.303
	195.881	192.277

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Avaliados a equivalência patrimonial:				
Leão Alimentos e Bebidas Ltda. (a)	-	-	92.191	87.383
Crystal Águas do Nordeste Ltda.	-	-	38.439	28.393
Trop Frutas do Brasil Ltda. (b)	-	-	24.048	23.238
Ubi 3 Participações (Ades) (c)			27.739	-
Solar.BR Participações S.A.	1.276.457	1.384.240	-	-
Ágio na constituição da Solar.BR	1.392.288	1.392.288	-	-
	2.688.745	2.776.528	182.417	139.014

- (a) O investimento da Leão Alimentos e Bebidas Ltda. de 7,05% em 31 de dezembro de 2017 (6,82% em 31 de dezembro de 2016) é avaliado ao método de equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido e prejuízo do exercício desta investida é de R\$1.093.462 e R\$59.684, respectivamente.
- (b) O investimento na Trop Frutas do Brasil Ltda. de 5,81% em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é avaliado ao método da equivalência patrimonial. Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio líquido e o lucro líquido do exercício desta investida é de R\$413.909 e R\$10.372, respectivamente. Não houve ágio na aquisição da Trop Frutas do Brasil Ltda.
- (c) Em 28 de março de 2017 foi realizado um aporte de capital no valor de R\$ 27.739 para a empresa UBI 3 Participações Ltda., sendo o equivalente à 11,00% de participação societária, objetivando realizar a comercialização dos produtos da marca ADES, porém até o momento a empresa permanece em fase pré-operacional.

Informações sobre investimentos na Solar.BR Participações

	2017	2016
Lucro Líquido	104.289	464.398
Patrimônio Líquido	1.934.026	2.097.332
% de participação	66%	66%

Informações sobre investimentos em empresas controladas

	CMR		Norsa (a)		Regua (b)	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Lucro Líquido (prejuízo)	-	305.987	126.278	312.844	(3.671)	914
Patrimônio Líquido	-	772.614	1.540.314	1.554.593	272.268	300.854
% de participação	0%	100%	84,08%	45,58%	99,99%	99,99%

(a)A Companhia possui 84,08% de participação direta sobre a Norsa e 15,92% de participação indireta através da Regua. O número apresenta redução de R\$ 2.842, referente à lucros não realizados nos estoque no resultado de equivalência.

(b)A Companhia possui 99,99% de participação direta sobre a Regua.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Investimentos--Continuação

Movimentação

	Controladora		Consolidado			Total
	Solar.BR	Leão Alimentos	Trop Frutas	ADES	CAF	
Em 31 de dezembro de 2015	2.688.510	66.054	-	-	-	66.054
Adição de Investimentos	-	26.853	22.832	-	-	49.685
Reconhecimento de investimentos em coligada	-	-	-	-	18.759	18.759
Ajuste de avaliação patrimonial	-	479	-	-	-	479
Recebimento de dividendos adicionais	(148.167)	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	2.476	-	-	-	-	-
Dividendos a receber	(72.794)	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	306.503	(6.003)	406	-	9.407	3.450
Outros	-	-	-	-	587	587
Em 31 de dezembro de 2016	2.776.528	87.383	23.238	-	28.393	139.014
Adição de Investimentos	-	-	-	27.738	-	27.738
Aumento de participação	-	4.396	-	-	-	4.396
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(405)	-	-	-	(405)
Outros	-	-	-	-	-	-
Recebimentos de dividendos adicionais	(164.805)	-	-	-	-	-
Transferência de investimentos	4.540	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	(16.348)	-	-	-	-	-
Equivalência patrimonial	68.831	820	811	-	10.043	11.674
Em 31 de dezembro de 2017	2.668.745	92.194	24.049	27.738	38.436	182.417

Movimentação dos dividendos a receber

	2017	2016
Saldo inicial	72.794	66.333
Dividendos propostos por controladas	181.153	220.961
Recebimento de dividendos de controladas	(237.599)	(214.500)
Saldo final	16.348	72.794

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)

Imobilizado (Consolidado)

a) Composição dos saldos

	Taxas média ponderada de depreciação	2017		2016	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	83.000	-	83.000	82.933
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3,7%	25.965	(7.694)	18.271	15.401
Edificações	3,7%	543.462	(142.148)	401.314	397.590
Máquinas e equipamentos	6,7%	911.270	(447.138)	464.132	493.271
Móveis e utensílios	10,0%	31.403	(15.673)	15.730	17.302
Garrafas e embalagens	20,0%	584.797	(388.696)	196.101	179.751
Congeladores	10,0% e 20,0%	320.690	(188.155)	132.535	151.526
Computadores e periféricos	20,0%	60.172	(46.895)	13.277	17.520
Veículos	10,0% e 20,0%	224.409	(117.757)	106.652	116.893
Veículos Leasing	10,0%	55.072	(47.272)	7.800	16.122
Pallets	50,0%	11.338	(8.653)	2.685	5.797
Outras imobilizações	5,0% e 20,0%	235.953	(66.306)	169.647	148.723
Imobilizado em andamento	-	82.643	-	82.643	87.767
		3.170.174	(1.476.387)	1.693.787	1.730.596

b) Movimentação dos saldos

	2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Outras (a)	2017
Terrenos	82.933	40	-	-	27	-	83.000
Benfeitorias em imóveis de terceiros	15.401	257	-	(880)	3.493	-	18.271
Edificações	397.590	6.202	(2.209)	(20.449)	20.180	-	401.314
Máquinas e equipamentos	493.271	19.164	(5.049)	(67.142)	23.888	-	464.132
Móveis e utensílios	17.302	649	(32)	(2.821)	632	-	15.730
Garrafas e embalagens	179.751	95.037	-	(79.093)	406	-	196.101
Congeladores	151.526	22.678	(655)	(42.647)	1.633	-	132.535
Computadores e periféricos	17.520	2.002	(4)	(6.820)	579	-	13.277
Veículos	116.893	5.345	(916)	(13.637)	277	(1.310)	106.652
Veículos Leasing	16.122	-	(51)	(6.281)	-	(1.990)	7.800
Pallets	5.797	2.069	-	(5.194)	13	-	2.685
Outras imobilizações	148.723	5.656	(5.750)	(15.046)	36.731	(667)	169.647
Imobilizado em andamento	87.767	83.042	(307)	-	(87.859)	-	82.643
	1.730.596	242.141	(14.973)	(260.010)	-	(3.967)	1.693.787

- (a) Os valores apresentados na coluna de “outros” são compostos por reversão da baixa de leasing no montante de R\$ 1.990, bem como reclassificação de veículos destinados a venda que foram reclassificados para outros créditos no montante de R\$ 1.310, e por fim, da variação de juros capitalizados e provisão para perda com imobilizado no montante de R\$ 667.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

b) Movimentação dos saldos--Continuação

	2015	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	CAF(i)	Outras	2016
Terrenos	79.625	3.900	-	-	-	(592)	-	82.933
Benfeitorias em imóveis de terceiros	16.473	339	-	(1.792)	380	-	1	15.401
Edificações	335.120	42.984	-	(17.328)	40.985	(4.171)	-	397.590
Máquinas e equipamentos	492.784	63.230	1.157	(63.424)	14.762	(16.137)	899	493.271
Móveis e utensílios	17.087	4.195	(56)	(2.498)	-	(126)	(1.300)	17.302
Garrafas e embalagens	163.868	82.883	(297)	(66.745)	-	-	42	179.751
Congeladores	157.375	21.468	(1.129)	(38.619)	10.759	-	1.672	151.526
Computadores e periféricos	17.205	7.201	(56)	(6.695)	(1)	(6)	(128)	17.520
Veículos	108.913	28.168	1.141	(23.161)	1.832	-	-	116.893
Veículos - Leasing	26.057	-	(3.998)	(3.451)	-	-	(2.486)	16.122
Pallets	-	14.514	(188)	(8.529)	-	-	-	5.797
Outras imobilizações	111.778	42.535	(8)	(13.824)	13.529	(3.040)	(2.247)	148.723
Imobilizado em andamento	141.662	31.324	-	-	(82.246)	(2.970)	(3)	87.767
	1.667.947	342.741	(3.434)	(246.066)	-	(27.042)	(3.550)	1.730.596

Imobilizado em andamento

O saldo do imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos, equipamentos de mercado e obras civis que entrarão em uso no exercício seguinte.

Custos de empréstimos capitalizados

Os custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de aproximadamente R\$2.812 (R\$3.037 em 31 de dezembro de 2016). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 6,74% a.a. (5,57% a.a. em 2016), que representa a taxa média ponderada dos empréstimos específicos.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

As controladas possuem certos contratos de aluguel que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil, são classificados como arrendamentos financeiros. As controladas classificam um arrendamento como financeiro quando pelo menos uma das seguintes condições é atendida:

- (i) Há a transferência de propriedade do ativo para a Empresa no fim do prazo do arrendamento;
- (ii) A Empresa tem a opção de comprar o ativo por um preço que se espera seja suficientemente mais baixo do que o justo valor à data em que a opção se torne exercível, e a Administração possui uma intenção provável de exercê-la;

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção--Continuação

- (iii) O prazo do arrendamento refere-se à maior parte da vida econômica do ativo, mesmo que a propriedade não seja transferida. A Administração da Empresa entende que 75% correspondem à maior parte da vida econômica do ativo; e
- (iv) No início do arrendamento, o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento totaliza pelo menos substancialmente todo o valor justo do ativo arrendado. A Administração da Empresa entende que 90% correspondem substancialmente ao valor justo do ativo arrendado.

A vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis mínimos a serem utilizados para cálculo do critério "iv" acima.

Com base nas análises acima, a controlada Norsa Refrigerantes S.A classificou os contratos de arrendamento em financeiro e operacional conforme segue:

c) Arrendamentos financeiros

A controlada da Companhia possui cinco contratos de arrendamento que foram classificados como arrendamento financeiro. Os principais efeitos nas demonstrações contábeis estão descritos a seguir:

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

c) Arrendamentos financeiros--Continuação

c.1) *Ativo imobilizado ("Propriedades com Arrendamento Mercantil")*

Tipo Prazo do contrato	2017		Totais
	Caminhões 6 anos	Empilhadeiras 3 anos	
Custo	49.802	11.595	61.397
Depreciação acumulada	(47.665)	(5.932)	(53.597)
Saldo líquido	2.137	5.663	7.800
Circulante	496	3.146	3.642
Não irculante	1.641	2.517	4.158

Tipo Prazo do contrato	2016		Totais
	Caminhões 6 anos	Empilhadeiras 3 anos	
Custo	49.802	11.595	61.397
Depreciação acumulada	(42.490)	(2.785)	(45.275)
Saldo líquido	7.312	8.810	16.122
Circulante	5.176	3.146	8.322
/Não irculante	2.136	5.664	7.800

c.2) *Obrigações com arrendamento mercantil*

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

Vencimentos	2017		Valor presente dos pagamentos mínimos contratuais
	Pagamentos mínimos contratuais	Desconto a valor presente	
2018	7.248	(3.605)	3.643
2019 em diante	4.337	(180)	4.157
	11.585	(3.785)	7.800

Vencimentos	2016		Valor presente dos pagamentos mínimos contratuais
	Pagamentos mínimos contratuais	Desconto a valor presente	
2017	14.597	(6.275)	8.322
2018 em diante	11.694	(3.844)	7.850
	26.291	(10.119)	16.172

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

c) Arrendamentos financeiros--Continuação

c.3) *Contas de resultado*

No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada Norsa registrou no resultado do exercício, R\$6.332 (R\$7.232 em 31 de dezembro 2016) de despesas de depreciação, R\$8.444 (R\$14.820 em 31 de dezembro de 2016) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$12.607 (R\$14.826 em 31 de dezembro 2016).

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$7.800 (R\$16.122 em 31 de dezembro de 2016). Todos os itens sob compromissos de arrendamento mercantil financeiro são garantidos pelos próprios bens objetos dos contratos.

d) Arrendamentos operacionais

As controladas possuem 14 contratos de arrendamento classificados como operacionais (18 contratos em 2016), os quais referem-se, substancialmente, a aluguel de imóveis e outros, que possuem os seguintes vencimentos:

Vencimentos	Pagamentos mínimos contratuais	
	2017	2016
2017	-	17.152
2018	6.130	2.085
2019 em diante	24.660	-
	30.790	19.237

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de aproximadamente R\$17.152 (R\$18.423 em 2016).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

15. Imobilizado (Consolidado)--Continuação

Ativos concedidos em garantias

Edificações, congeladores e outros equipamentos com valor contábil de R\$ 208.477 (R\$ 236.615 em 2016) estão sujeitos à hipoteca de primeiro grau como garantia de empréstimos bancários da Companhia e suas controladas.

Considerações sobre impairment

A Administração monitora os indicativos de que seus ativos imobilizados possam estar com seus valores contábeis em excesso ao seu valor recuperável. Assim, ao menos anualmente a Administração avalia se há alguma indicação de que um ativo ou grupo de ativos possa ter sofrido desvalorização. Na sua análise a Administração considera os resultados operacionais e geração de caixa no nível das suas unidades fabris, além de mudanças de tecnologia que impactem suas linhas de produção, eventuais linhas de produtos descontinuadas e que impliquem em redução e/ou descontinuação do uso da linha de produção, volumes de produção, aspectos marco econômicos, dentre outros.

Com base nessas análises a Administração concluiu que não há indicativos de perda em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

16. Intangível (Consolidado)

Composição

	2017		2016	
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Softwares	102.949	(64.423)	38.526	42.781
Ágio adquirido (b)	590.204	-	590.204	590.204
Direito de lavra	22.094	-	22.094	22.094
Licenças (c)	2.911.605	-	2.911.605	2.909.760
	3.626.852	(64.423)	3.562.429	3.564.839

Movimentação

	2017	2016
Saldo inicial	3.564.839	3.561.088
Aquisições de software	8.631	20.862
Amortização de softwares	(12.866)	(10.312)
Adição de direito de uso da marca (d)	1.845	-
Efeitos desconsolidação da CAF (a)	-	(6.771)
Outras	-	(28)
Saldo no fim do exercício	3.562.429	3.564.839

(a) Conforme comentado na Nota 1, a partir de 1º de fevereiro de 2016, a Companhia deixou de consolidar os saldos da então controlada CAF devido à alienação de 50% do seu capital social e consequente perda de controle, nos termos do CPC 18.

(b) Refere-se ao somatório dos ágios a seguir:

- Ágio de R\$308.724 mil pela aquisição de investimentos a valor justo na Solar.BR Participações S.A.;
- Ágio de R\$15.270 pagos pela controlada da Norsa Refrigerantes S.A., na aquisição da Real Bebidas (empresa incorporada pela NRN Comércio de Bebidas Ltda.);
- Ágios de R\$28.368 e R\$5.747 pagos pela controlada Companhia Maranhenses de Refrigerantes, na aquisição das empresas Companhia de Alimentos e Bebidas do São Francisco - CBA e Companhia das Águas Funcionais do Nordeste - CAF, respectivamente;
- Ágio de R\$15.173 pago pela Companhia Maranhense de Refrigerantes na aquisição de participação significativa da Refrescos Guararapes;

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

16. Intangível (Consolidado)--Continuação

(b) Refere-se ao somatório dos ágios a seguir--Continuação:

- Ágio de R\$190.658 constituído por meio de aumento de capital aportado pela Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., Coca-Cola Indústrias Ltda. e Renosa Participações S.A., quando da criação da Solar.BR, compondo o investimento da Refrescos Guararapes Ltda.; e
- Goodwill de R\$26.264 pagos pela Norsa no arrendamento da operação da Bahia pertencente ao Grupo Calmon.

A partir de janeiro de 2009, o saldo dos ágios fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, não foram mais amortizados, passando a ser submetido a teste anual para análise de perda do seu valor recuperável. Para fins fiscais é realizado um imposto de renda diferido sobre a amortização fiscal que totalizou R\$(125.818) em 2017 (R\$52.595 em 2016).

(c) Considera-se como licença, o direito de exploração dos produtos da marca em uma determinada área geográfica. As licenças possuem a seguinte composição:

- R\$1.507.413 pela aquisição de controle da Nordeste Refrigerante S.A. em 2013.
- R\$1.116.769 pela aquisição de controle da Refrescos Guararapes Ltda. (incluindo Sucovalle) em 2013.
- R\$285.578 pela aquisição de controle da Companhia Brasileira de Alimentos e Bebidas do São Francisco em 2011, posteriormente incorporada pela Companhia Maranhense de Refrigerantes.
- R\$ 1.845 pela aquisição do direito de distribuição dos produtos da Companhia Monster Energy em 2017.

17. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (Consolidado)

O valor recuperável das unidades foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de fluxo de caixa aprovadas pela alta administração. O fluxo de caixa projetado foi sensibilizado com as melhores estimativas de volume, baseada nas previsões de crescimento da economia da região, na participação de mercado da Solar.BR e na tendência do consumo de bebidas não alcoólicas. No longo prazo, estes itens foram ajustados em consonância com a inflação projetada e crescimento do PIB da região.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (Consolidado)--Continuação

No que se refere às despesas operacionais, estas foram divididas em fixas e variáveis, em que as primeiras foram objetos de variação pela inflação projetada enquanto as variáveis sofrem o efeito da inflação e variação de volume. A taxa de desconto antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,26% (12,48% em 2016) e os fluxos de caixa que excedem o período de 5 (cinco) anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 7% (IPCA somado ao PIB) (6% em 2016). Como resultado dessa análise, não foi identificado perda por redução ao valor recuperável.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso tanto para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Margens brutas - As margens brutas são calculadas com base no planejamento da Companhia. Essas margens possuem suaves crescimentos devido ao ganho de eficiência, que é parcialmente compensado por pressões de custo provenientes de commodities e aumento de tributos.

Inflação de preços de matérias-primas - As estimativas são obtidas a partir de índices publicados para os países que fornecem as matérias-primas, bem como dados relativos às commodities em específico. Os valores estimados são utilizados se os dados estiverem publicamente disponíveis (principalmente para o Brasil e os Estados Unidos).

Alternativamente, as variações de preços de matérias-primas vêm sendo utilizadas como indicador de futuras variações de preço.

Premissas de participação no mercado - Essas premissas são importantes, uma vez que, além de utilizar dados do segmento para taxas de crescimento, possibilitam que a Administração avalie a posição de mercado da unidade em relação aos seus concorrentes e o reflexo disso no plano financeiro. Estima-se que a participação da Companhia e suas controladas no mercado de bebidas permaneça estável ao longo do período orçamentário, considerando as razões acima apresentadas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

17. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (Consolidado)--Continuação

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso--Continuação

Estimativas de taxas de crescimento - As taxas são baseadas em pesquisas e estudos publicados sobre o setor.

Sensibilidade a mudanças nas premissas

No que se refere à avaliação do valor em uso das referidas unidades geradoras de caixa, estima-se que nenhuma mudança razoavelmente possível em qualquer uma das principais premissas acima mencionada levaria o valor contábil da unidade a exceder significativamente seu montante recuperável.

18. Fornecedores (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as contas a pagar a fornecedores possuíam a seguinte composição:

	2017	2016
Partes relacionadas (Nota 8)	116.549	120.032
Fornecedores nacionais	392.952	341.333
	509.501	461.455
Ajuste a valor presente	(4.615)	(4.105)
	504.886	457.350

Demonstramos a seguir a movimentação do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2017:

	2017
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	(4.105)
AVP provisionado no ano	(4.615)
Reversão	4.105
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	(4.615)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

19. Fornecedores risco sacado (Consolidado)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as contas a pagar a fornecedores de risco sacado possuíam a seguinte composição:

	2017	2016
Fornecedores risco sacado	204.167	133.789
Ajuste a valor presente	(4.015)	(2.144)
	200.152	131.645

Demonstramos a seguir a movimentação do ajuste a valor presente em 31 de dezembro de 2017:

	2017
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2016	(2.144)
AVP provisionado no ano	(4.015)
Reversão	2.144
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	(4.015)

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia, para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas. O valor limite liberado em contrato para utilização dessa operação em até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 238.000.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discrição do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contra partida de encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, e com aceite da Companhia e suas controladas, somava R\$204.167 (R\$ 133.789 em 2016). As contas a pagar aos fornecedores são registradas inicialmente ao seu valor presente com contrapartida na conta de "Estoques". A reversão do ajuste a valor presente é registrada na rubrica "Despesas financeiras" pela fruição de prazo.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

20. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

Modalidade	Taxa média ponderada	2017	2016
Banco do Nordeste S.A – FNE (a)	7,61% a.a.	77.248	174.058
FINAME/BNDES (a)	5,10% a.a.	130.271	169.642
Leasing	Juros de 0,60% a.a. + CDI	292	562
Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA (b)	Juros de 96% do CDI	657.210	-
Capital de Giro	Juros de 88,5% a 105% do CDI	602.893	663.019
		1.467.914	1.007.281
Circulante		(289.194)	(349.876)
Não circulante		1.178.720	657.405

(a) O FNE é garantido por fiança bancária, já o FINAME é por alienação fiduciária.

(b) Em 29 de Setembro de 2017, o Grupo Solar.BR através da sua subsidiária Norsa realizou a emissão do CRA, no valor de R\$ 657.060 com prazo de 60 meses, sem carência. O CRA foi objeto de oferta pública, e distribuídos com esforços restritos, conforme instrução da CVM nº 400. As garantias são asseguradas por fiança bancária e a remuneração é sobre o valor nominal unitário do saldo liberado.

A movimentação de empréstimos e financiamentos durante o exercício é a seguinte:

	2017	2016
Saldo inicial	1.007.281	1.084.379
Entradas	1.265.279	240.381
Juros apropriados	75.255	61.030
Variação cambial	7.587	(90.842)
Amortização de principal	(818.204)	(236.949)
Juros pagos	(69.284)	(50.718)
Saldo final	1.467.914	1.007.281

Os montantes de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2017	2016
2018	-	309.370
2019	305.377	222.673
2020	149.846	125.362
2021 em diante	723.497	-
	1.178.720	657.405

Cláusulas restritivas

A Companhia e suas controladas efetuaram a análise de cláusulas restritivas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e não possuem conhecimento de fatos ou circunstâncias que indicassem situação de não cumprimento ou desconformidade. As cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos estão principalmente relacionadas à inadimplência, medidas judiciais ou extrajudiciais que comprometam a capacidade de pagamento, insolvência e comprometimento de garantias oferecidas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Debêntures

Banco	Data de emissão	Data de vencimento	Tipo de emissão	Valor da emissão	Encargos financeiros anuais	Taxa efetiva	Controladora		Consolidado	
							2017	2016	2017	2016
Itaú	05/01/2015	31/05/2025	Simples	282.000	CDI + 2,65%	15,50%	226.176	240.900	226.176	240.900
Bradesco	05/01/2015	31/05/2025	Simples	281.000	CDI + 2,65%	15,50%	225.375	240.047	225.375	240.047
Bradesco	26/07/2013	27/06/2020	Simples	200.000	CDI+1,4%	13,07%	-	-	99.575	130.709
Bradesco	29/11/2011	29/11/2018	Simples	175.000	CDI+1,4%	13,07%	-	-	31.054	69.369
Itaú	29/11/2011	29/11/2018	Simples	175.000	CDI+1,4%	13,07%	-	-	31.054	69.369
							451.551	480.947	613.234	750.394
Circulante							(60.259)	(56.995)	(162.216)	(164.787)
Não circulante							391.293	423.952	451.018	585.607

A movimentação de debêntures durante o exercício é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial	480.948	524.401	750.394	901.722
Captação de recursos		-		-
Juros apropriados	56.140	78.958	80.911	126.114
Amortização de principal	(14.283)	(14.765)	(123.026)	(122.638)
Juros pagos	(71.254)	(107.647)	(96.331)	(156.096)
Despesa de captação		-	1.286	1.292
Saldo em 31 de dezembro de 2017	451.552	480.948	613.234	750.394

Controladora

Em em 12 de dezembro de 2014 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (1ª emissão) junto aos Bancos Itaú BBA S.A. e Bradesco BBI S.A., no montante de R\$563.000, valor este liberado em 5 de janeiro de 2015.

Em 11 de maio de 2015 foi deliberado em Ata de Assembleia Geral Extraordinária o pagamento extraordinário de R\$110.000 de principal, nos termos da escritura de contratação de debêntures.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

21. Debêntures--Continuação

Controladas

A controlada indireta Norsa possui dois contratos de debêntures a seguir:

- (i) Em 18 de novembro de 2011 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (1ª emissão) junto aos Bancos Itaú BBA S.A. e Bradesco BBI S.A., no montante de R\$350.000; e
- (ii) Em 26 de junho de 2013 foi assinada a escritura de contratação de debêntures (2ª emissão) junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$200.000.

Os montantes de longo prazo têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2017		-		-
2018		14.765		116.843
2019	30.143	34.898	69.960	74.493
2020	41.197	34.898	61.106	54.880
2021 em diante	319.953	339.391	319.952	339.391
	391.293	423.952	451.018	585.607

Limites e índices financeiros

O índice financeiro, que mede a relação entre a dívida líquida consolidada e o EBITDA ajustado, nos últimos 12 meses devidamente apresentado nas demonstrações contábeis consolidadas, deverá ser menor ou igual a 2,5.

O índice financeiro, que mede a relação entre o EBITDA ajustado e o resultado financeiro líquido consolidado, também nos últimos 12 meses deverá ser maior ou igual a 2,0 tomando por base os saldos das demonstrações contábeis consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2017, todos os índices exigidos estão sendo cumpridos.

Remuneração

As debêntures rendem juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa de 2,65% e 1,40% para suas controladas (1ª emissão) e 1,40% para suas controladas (2ª emissão) (um inteiro e quarenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração").

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Garantia

Controladora: as garantias são 10% de ações do capital social de sua investida Solar.BR e 9,70% das ações da própria Companhia.

Controladas: no momento da emissão as debêntures serão garantidas por fianças das empresas, Companhia Maranhense de Refrigerantes. Em 2014 as garantias foram substituídas pelas fianças das empresas, Solar.BR Participações S.A., Tocantins Refrigerantes Ltda., Norsa S.A, e Refrescos Guararapes Ltda.

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)

22.1. Instrumentos financeiros derivativos - ativo

	2017	2016
Derivativos não designados como hedges		
Contratos a termo de mercadorias	-	584
Contratos Swap	57.426	84.906
	57.426	85.490
Derivativos designados como hedges		
Contratos a termo de mercadorias	2.534	54
Contratos a termo de moeda	2.550	992
	5.084	1.046
	62.510	86.536
Circulante	(39.814)	(34.573)
Não Circulante	22.696	51.963

22.2. Instrumentos financeiros derivativos - passivo

	2017	2016
Derivativos não designados como hedges		
Contratos a termo de mercadorias	-	1.981
Contratos Swap	5.544	-
	5.544	1.981
Derivativos designados como hedges		
Contratos a termo de mercadorias	3.357	8.978
Contratos a termo de Alumínio	258	-
Contratos a termo de moeda	188	6.676
	3.803	15.654
	9.347	17.635
Circulante	(8.597)	(16.846)
Não Circulante	750	789

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.3. Operações com derivativos

Risco de preço de commodities

A Companhia compra açúcar em base contínua uma vez que suas atividades operacionais exigem fornecimento ininterrupto de açúcar para a produção de refrigerante. A fim de proteger-se da volatilidade de preço do mercado internacional deste insumo, bem como daqueles contratados em moedas estrangeiras, a Companhia estabeleceu uma política de gestão de riscos. Todas as operações de contratos a termos e demais instrumentos financeiros derivativos estão em consonância com a política aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia. Qualquer operação no mercado de derivativos possui como único objetivo reduzir a exposição das controladas da Companhia à volatilidade do custo dos insumos de produção. A política de gestão de riscos impede a Companhia e suas controladas de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

Com o estabelecimento destes contratos espera-se reduzir a volatilidade do preço do insumo (açúcar). Tais contratos pretendem oferecer cobertura contra o risco de volatilidade dos preços de compra do açúcar com base nos contratos de compra existentes. As variações no valor justo dos contratos a termo são reconhecidas na demonstração do resultado em custos financeiros.

NDF - Non Deliverable Forward

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam contratos de NDF - "Non Deliverable Forward" para fins de cobertura cambial.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge* totalizou um ativo de R\$51.882 (ativo de R\$ 83.509 em 2016), reconhecido no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício corrente, enquanto que o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* totalizou um ativo de R\$1.281 (passivo de R\$14.608 em 2016), reconhecido no patrimônio líquido como "Outros resultados abrangentes".

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.4. Valor justo

O valor justo e valor contábil dos ativos e passivos financeiros não apresentam diferenças para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pois atualmente a Companhia registra seus instrumentos financeiros pelo valor justo.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, contas a receber e a pagar a empresas associadas se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- Valores a receber de longo prazo a taxas pré e pós-fixadas são avaliados pela Companhia e suas controladas com base em parâmetros tais como taxas de juros, fatores de riscos específicos de cada país, credibilidade individual do cliente e as características de risco do projeto financiado. Com base nessa avaliação, são constituídas provisões para fazer face a perdas esperadas nesses valores a receber. Em 31 de dezembro de 2017, o valor contábil desses valores a receber se aproxima de seu valor justo.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

A Companhia e suas controladas contratam instrumentos financeiros derivativos junto a algumas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Tais derivativos são avaliados com base em mensuração técnica, bem como, com base em dados observáveis no mercado e referem-se, principalmente, a contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da commodity objeto.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.4. Valor justo--Continuação

Hierarquia de valor justo

A Companhia e suas controladas utilizam da seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, todos os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas foram determinados com base no “Nível 1” da técnica de avaliação retro mencionada.

22.5. Contabilidade de hedge

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na conta de outros resultados abrangentes, e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de hedge afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações:

- *Hedge* de valor justo, ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa, ao fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; e
- *Hedge* de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Instrumentos financeiros (Consolidado)--Continuação

22.5. Contabilidade de hedge--Continuação

A parte eficaz do ganho ou perda do investimento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do hedge é reconhecida no resultado financeiro.

Com base nas análises efetuadas na Companhia, concluiu-se que o Termo de Mercadoria e a Compra de Opção Flexível podem ser utilizados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa, conforme CPC 38.

23. Subvenções governamentais (Consolidado)

a) Governo estadual

i) *Estado do Rio Grande do Norte: Norsa*

O benefício do PROADI, foi concedido o incentivo financeiro previsto no Art. 5º inciso I da Lei nº 7.075/97, este relacionado ao financiamento de 75% do ICMS apurado, incidente sobre produtos de fabricação própria, por um período de 10 anos, dos quais três de carência, não podendo o valor financiado ultrapassar 10% do faturamento do período. Esta subvenção foi renovada em 2013 por mais 10 anos.

ii) *Estado do Piauí: Norsa*

Em julho de 2005, a Norsa obteve a concessão de incentivo fiscal junto ao Governo do Estado do Piauí, relacionado ao ICMS incidente sobre produtos de sua fabricação própria. O incentivo tem prazo de 15 anos e corresponde à dispensa de 60% até 31 de julho 2017 e 50% durante o período de 01 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2020.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

iii) *Estado do Ceará: Norsa*

As operações no Estado do Ceará gozam de incentivo fiscal até o ano de 2028, através da obtenção de financiamento junto ao Banco Bradesco S.A. Os recursos provêm do Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, e consistem basicamente no financiamento de 75% sobre a base incentivada do ICMS, com a amortização no prazo de 36 meses. Caso a Norsa liquide o financiamento no prazo previsto, 80% do total financiado reverte-se na forma de incentivos fiscais.

iv) *Estado da Bahia: Norsa*

As operações no Estado da Bahia gozam de incentivo fiscal no âmbito do programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica - DESENVOLVE, para as unidades fabris de Salvador (BA), no período de 1 de setembro de 2010 a 30 de agosto de 2022 e Vitória da Conquista (BA), no período de 1 de agosto de 2010 a 31 de julho 2022.

v) *Estado do Mato Grosso: Norsa*

O benefício fiscal do PRODEIC consiste em renúncia fiscal do Estado, sobre o ICMS normal de 82,35% sobre as vendas dentro do Estado e 75% das vendas fora do Estado e renúncia ao aproveitamento de créditos sobre as entradas por parte da Companhia. O prazo de vigência do contrato é de 10 anos contados a partir da assinatura. Tendo a sua validade até Março/2018, o processo de renovação está em trâmite.

vi) *Estado do Maranhão: Regua*

A Regua goza de incentivo fiscal concedido pelo Governo do Estado do Maranhão, até o ano de 2024, incentivo do Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior do Estado do Maranhão - SINCOEX - Sistema de Apoio à Indústria e ao Comércio Exterior. Esse incentivo é concedido a empresas industriais e agroindustriais, quando de sua implantação, ampliação ou realocação, dentre outras finalidades, e consiste no financiamento de até 75% do valor do recolhimento do ICMS devido, a partir da data da assinatura do contrato de financiamento.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

vii) *Estado do Alagoas: Norsa*

A Norsa teve a manutenção do incentivo fiscal PRODESIN em 2016 ambas as empresas optaram pela migração do cálculo do incentivo, ficando concedido crédito fiscal presumido de 92% do saldo devedor de ICMS das operações próprias de saída de produtos industrializados pelo estabelecimento, apurado em cada período de apuração. A renovação do incentivo foi feita em Arapiraca em 2010 e Maceio em 2007, com prazo de renovação de 15 anos.

viii) *Estado do Pernambuco: Norsa*

A Companhia, por meio de suas unidades instaladas no Estado de Pernambuco, é beneficiária do incentivo fiscal estabelecido no Programa de Desenvolvimento de Pernambuco - PRODEPE. Este benefício refere-se a crédito presumido de 75% (podendo chegar a na fábrica de Petrolina a 95% se ultrapassar a litragem informada em decreto), devido sobre o volume de venda de refrigerantes e 57,5% do ICMS incidente sobre o volume de vendas de água, aprovados por Decretos estaduais, com validade até 2019.

ix) *Estado da Paraíba: Regua*

No caso das unidades situadas no estado da Paraíba, a Empresa faz jus a incentivos de ICMS do FAIN - Fundo de Apoio Industrial que corresponde ao direito a um crédito presumido, sobre o montante das saídas do produto incentivado (produtos retornáveis produzidos no Estado), concedido em 2013. A empresa teve o prazo de fruição do benefício prorrogado por tempo indeterminado.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

23. Subvenções governamentais (Consolidado)--Continuação

a) Governo estadual--Continuação

Os financiamentos incentivados, registrados líquidos dos abatimentos recebidos, têm a seguinte composição:

Indexadores	2017			2016		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos no Estado de Alagoas - Prodesin	4.090	20.495	24.585	6.113	17.546	23.659
Financiamentos no Estado do Maranhão -	2.257	4.572	6.829	2.300	4.948	7.248
Financiamentos no Estado do Ceará -	9.414	14.326	23.740	8.292	16.049	24.341
Financiamentos no Estado da Bahia -	891	-	891	1.516	-	1.516
Financiamentos no Estado do Rio Grande do Norte	43	-	43	45	-	45
	16.695	39.393	56.088	18.266	38.543	56.809

Os financiamentos incentivados, não circulantes, têm seus vencimentos assim programados:

	2017	2016
2018	-	13.431
2019	14.068	14.469
2020	12.108	10.643
2021 em diante	13.217	-
	39.393	38.543

b) Governo federal

As controladas da Companhia são beneficiárias de incentivos fiscais de redução do imposto de renda. Esses incentivos possuem alíquotas de reduções de até 75% e prazos de validade de até 10 anos, dependendo do produto e da unidade de fabricação.

Os incentivos são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da ampliação e modernização parcial de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais do imposto de renda são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 20.992 (R\$ 40.552 em 2016) em reduções de IRPJ relacionadas ao incentivo do Lucro da Exploração.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

24. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários a pagar	-	-	2.601	3.363
Benefícios a pagar	-	-	5.308	3.415
Encargos a pagar	-	-	12.888	13.966
Férias e encargos s/ férias a pagar	-	-	43.286	42.993
Outros	-	-	31.483	31.283
	-	-	95.566	95.020

25. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (Consolidado)

Provisão para contingências

Os processos prováveis têm a seguinte composição:

	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	51.825	15.294	121.357	188.476
Provisão/reversão	7.055	3.740	30.465	41.260
Atualização	-	576	25.260	25.836
Pagamento/Outros	-	(6.720)	(57.385)	(64.105)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	58.880	12.890	119.697	191.467
Provisão/reversão	2.616	3.483	28.687	34.786
Atualização	165	11.226	22.113	33.504
Pagamento/Outros	2.886	(1.989)	(50.317)	(49.420)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	64.547	25.610	120.180	210.337

Quanto aos processos cíveis, as ações se referem essencialmente a danos morais e fundo de comércio.

a) Ações tributárias

Diversas ações tributárias, a Administração da Companhia e suas controladas decidiram por constituir provisão para as ações avaliadas como de perda provável conforme detalhado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
PIS/Cofins	-	-	15.066	15.396
ICMS	-	-	2.844	4.270
INSS	606	803	46.489	39.159
Outros	-	-	148	55
	606	803	64.547	58.880

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Provisão para contingências--Continuação

A Companhia e controladas tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2017	2016
Tributária	1.823.589	1.091.508
Cíveis	77.866	98.213
Trabalhistas	120.686	105.630
	2.022.141	1.295.351

Crédito presumido do IPI

As controladas Regua, Norsa vêm sendo questionadas sobre os créditos presumidos de IPI que tomam sobre a compra de concentrados e matéria prima da Recofarma Indústria do Amazonas Ltda., localizada em Manaus, em área de zona franca. Por ser uma zona livre de impostos, as autoridades vêm questionando não apenas as engarrafadoras do sistema Coca-Cola sobre a legalidade do crédito presumido que tomam na compra dos concentrados, mas também diversas outras empresas que compram das chamadas “empresas incentivadas na Zona Franca”.

Muito vem se discutindo sobre o mérito da questão, já que a possibilidade de ser tomar o crédito presumido é uma forma indireta de incentivo para as empresas localizadas na Zona Franca de Manaus se tornarem competitivas, pois não sofrem tributação e permitem que os consumidores empresariais (neste caso as engarrafadoras) tomem o crédito presumido de imposto que pode ser abatido do débito proveniente da produção e venda de bebidas ao consumidor intermediário e distribuidores.

A referida ação soma mais de R\$1,46 bilhão de reais, sendo este valor quase em sua totalidade defendido pela Norsa, por esta empresa e R\$ 52,9 milhões defendido pela Regua.

Ambas as ações referidas neste paragrafo estão sendo contestadas e, baseado na opinião dos nossos consultores jurídicos, a probabilidade de perda é tida como possível.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Provisão para contingências--Continuação

Apresentamos abaixo, os principais processos possíveis existentes em 31 de dezembro de 2017:

Multa por não instalação do Sistema Medidor de Vazão (SMV)

Nº do Processo: Execução Fiscal nº 0014829-87.2015.4.01.3300 / Embargos à Execução Fiscal nº 0026949-65.2015.4.01.3300.

Descrição: A Unidade Simões Filho / BA iniciou, no final de 2007, a operação de uma nova linha de produção, mas só teve homologado o Sistema Medidor de Vazão (SVM), para controle da produção, no final de 2008. Ao identificar a ocorrência, a Receita Federal do Brasil aplicou multa da ordem de R\$ 35 milhões sob o fundamento de que não era possível o início da produção antes da homologação do SMV.

A multa aplicada foi contestada por duas razões: primeiro, houve erro na apuração do valor, já que foi adotada como base valor equivocado da produção; segundo, a multa no valor em que foi aplicada é desproporcional à infração apurada, em especial porque não foi apontada nenhuma irregularidade na apuração dos tributos devidos.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 73.744.

Glosa de incentivo fiscais

Nº do Processo: Auto de Infração nº 2015.000008061765-44

Descrição: A Unidade Suape/PE teve os incentivos fiscais do ICMS, utilizados no período de junho a dezembro/2012, glosados porque, no entender do Autuante, a Empresa estaria impedida de usufruir dos referidos incentivos em razão do recolhimento do saldo remanescente do imposto, após a dedução do incentivo, com atraso.

A glosa dos incentivos foi contestada por entendermos que o impedimento de fruição do incentivo fiscal não seria aplicável porque, apesar da empresa ter realizado o pagamento do tributo fora do prazo, este ocorreu de forma espontânea, à vista, antes de qualquer ação fiscal, bem como antes da apresentação das declarações mensais. Defendemos, ainda, que no exercício de 2012 não existia qualquer previsão legal que impedisse a fruição dos incentivos quando o pagamento do saldo remanescente ocorria com atraso.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 71.118.

Em 22 de fevereiro de 2018, a Companhia teve decisão favorável com a devida exclusão parcial do processo, restando ainda em discussão o montante de R\$ 2 milhões classificado como prognóstico de perda possível pelo advogados.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

25. Provisão para contingências--Continuação

Incidência de tributos federais sobre incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais

Nº do Processo: Auto de Infração nº 10380.730186/2016-27.

Descrição: Tem sido bastante discutida a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os incentivos fiscais concedidos pelos Governos Estaduais na forma de redução do ICMS como estímulo à implantação e manutenção de indústria nos Estados concedentes.

A Receita Federal do Brasil entende que apenas os incentivos fiscais qualificados como “subvenções para investimento”, e desde que atendidos diversos requisitos formais, não sofreriam a incidência do IRPJ e da CSLL. Por isso, vem atuando, sistematicamente, as empresas beneficiárias de incentivos fiscais estaduais

Em novembro de 2017 foi publicada a Lei Complementar n. 160 e a tendência é encerrar a discussão, já que, em seu texto, ficou definido que os incentivos fiscais vinculados ao ICMS concedidos pelos Estados serão qualificados como “subvenção para investimentos” e não serão tributados pela RFB (em especial IRPJ e CSLL) se forem validados na forma prevista naquele normativo. É possível que todos os incentivos sejam validados no decorrer de 2018 e a discussão será encerrada.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 57.435.

Operações com depósito fechado

Nº do Processo: Auto de Infração nº 201709913-1

Descrição: A Unidade Maracanaú/CE teve as notas fiscais de remessa para depósito fechado consideradas inidôneas por entender, o Fisco, que se tratava de remessa para depósito de terceiro.

A declaração de inidoneidade da nota fiscais foi contestada porque se trata de remessas para depósito próprio, vizinho e extensão da unidade industrial. Isso porque, desde de 2008, a Empresa havia locado o imóvel objeto da controvérsia. Imóvel este que veio a ser adquirido em 2014. Desta forma, não se trata de remessa para terceiro, mas de remessa para depósito da própria empresa.

Por essas razões, os consultores jurídicos classificaram a probabilidade de perda como possível no montante atualizado de R\$ 54.940.

As demais causas tributárias possíveis totalizam aproximadamente R\$ 110 milhões que correspondem à questionamentos sobre compensações e recolhimento de tributos federais e estaduais.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social é de R\$533.671, composto por 396.243.557 ações nominativas ordinárias, todas sem valor nominal, conforme composição a seguir (em milhares de ações):

Acionista	Ações ordinárias	% capital votante
Refrigerantes do Noroeste Participações S.A.	37.643	9,50%
Forsab Investments (Proprietary) Limited	94.164	23,76%
Manchioneel Investment Holding S.A.R.L.	28.274	7,14%
Holdco 0 Participações S.A.	198.519	50,10%
Calila Investimentos S.A.	37.644	9,50%
	396.244	100,00%

b) Reservas de lucros

i) *Reserva legal*

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dessa reserva era R\$98.086 (R\$ 97.400 em 2016).

ii) *Reserva para investimentos*

A Administração da Companhia mantém reserva para investimentos com o objetivo de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos e conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da Companhia, a ser deliberado na Assembleia Geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo dessa reserva era R\$1.236.845.

iii) *Reserva de lucros a realizar*

Em 4 de maio de 2017 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a distribuição de dividendos adicionais ao mínimo obrigatório, no montante de R\$ 101.787, a partir da reserva de lucros a realizar, sendo R\$ 5.039 pagos antecipadamente em 25 de agosto de 2016 conforme em ata de Reunião do Conselho de Administração. O saldo remanescente dessa reserva em 2017, no montante de R\$ 112.505 (R\$ 204.512 em 2016), permanece retido com o objetivo de no futuro expandir os negócios, investir em novas empresas ou redistribuir aos acionistas.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

26. Patrimônio líquido (Controladora)--Continuação

c) Destinação dos lucros

O Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, como previsto na Lei nº 6.404/76. A Administração consignou nas demonstrações contábeis os dividendos a pagar no montante de R\$3.260 (R\$54.451 em 2016), conforme demonstrado abaixo:

	2017	2016
Lucro do exercício	17.727	229.268
Reserva legal - 5%	(687)	(11.463)
Base de cálculo para os dividendos	13.040	217.805
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.260	54.451
Quantidade de ações - em milhares	396.244	396.244
Dividendos por lote de mil ações - R\$	0,03	0,14

A movimentação dos dividendos no exercício foi a seguinte:

	2017	2016
Saldo inicial	54.451	46.290
Provisões:		
Dividendos adicionais aprovados	101.787	50.246
Dividendo mínimo obrigatório	3.260	54.451
Pagamentos:	-	-
Dividendos pagos	(156.238)	(96.536)
Saldo final	3.260	54.451

d) Outros resultados abrangentes

Hedge accounting

A partir de 2015, a parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* passou a ser reconhecida diretamente no patrimônio líquido das controladas, com reflexo proporcional no patrimônio líquido da Companhia, no montante de R\$ 4.539 (2016: R\$ (2.476)).

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

27. Receita operacional líquida (Consolidado)

	2017	2016
Receita bruta de vendas		
Vendas de produtos	3.378.965	3.834.979
Revendas de mercadorias	1.439.518	1.700.066
	4.818.483	5.535.045
Deduções da receita bruta		
(-) Deduções e abatimentos de vendas de produtos e revendas	(95.361)	(123.098)
(-) Impostos sobre o faturamento	(1.267.404)	(1.528.605)
	(1.362.765)	(1.651.703)
Receita operacional líquida	3.455.718	3.883.342

28. Custo dos produtos e mercadorias vendidos (Consolidado)

	2017	2016
Consumo de materiais	(1.841.505)	(2.046.584)
Pessoal	(118.917)	(128.570)
Gastos gerais de fabricação	(285.050)	(296.580)
	(2.245.472)	(2.471.734)

29. Despesas com vendas (Consolidado)

	2017	2016
Salários e encargos	(146.074)	(150.524)
Benefícios com pessoal	(56.296)	(58.146)
Materiais e manutenção	(10.314)	(13.930)
Depreciação e amortização	(46.953)	(41.502)
Alugueis e seguros	(4.115)	(4.136)
Serviços de terceiros	(389)	(647)
Água, energia e telecomunicação	(1.690)	(2.015)
Outras despesas	(28.626)	(31.526)
Despesas com marketing	(45.679)	(44.112)
Despesas distribuição	(236.189)	(211.555)
	(576.325)	(558.093)

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

30. Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e encargos	-	-	(83.854)	(77.734)
Outras despesas com pessoal	-	-	(50.058)	(36.325)
Materiais e manutenção	-	-	(13.520)	(12.812)
Depreciação e amortização	-	-	(30.336)	(24.373)
Aluguéis e seguros	-	-	(11.812)	(9.608)
Serviços de terceiros	(123)	(429)	(63.377)	(50.650)
Água, energia e telecomunicação	-	-	(17.788)	(16.060)
Outras despesas	(25)	(38)	(23.351)	(4.902)
	(148)	(467)	(294.096)	(232.464)

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Despesa de juros sobre empréstimos e financiamentos	(56.141)	(79.241)	(156.850)	(189.602)
Despesa de IOF	-	-	(1.655)	(5.081)
Despesa de tarifas bancárias	-	-	(9.796)	(10.410)
Perdas com instrumentos financeiros derivativos	-	-	(4.778)	(90.470)
Juros de arrendamento mercantil	-	-	(8.444)	(14.820)
Ajuste a valor presente	-	-	(48.396)	(11.104)
PIS/Cofins sobre receita financeira	-	-	(1.597)	(2.363)
Variações monetárias passivas	-	-	(24.932)	
Variação cambiais passivas (a)	-	-	(211.931)	
Outras despesas financeiras	(193)	-	(17.438)	(19.439)
	(56.334)	(79.241)	(485.817)	(343.289)
Receitas financeiras				
Receitas de juros ativos recebidos	-	-	7.508	10.088
Rendimentos de aplicações financeiras	1.391	2.473	23.668	37.876
Rendimentos de aplicação de reinvestimento	-	-	5.042	
Variações monetárias ativas	-	-	-	89.429
Variações cambiais ativas (a)	-	-	177.521	
Descontos obtidos	-	-	481	3.169
Adicional financeiro	-	-	11.214	
Ajuste a valor presente	-	-	9.066	-
Outras receitas financeiras	-	-	1.245	951
	1.392	2.473	235.745	141.513
Resultado financeiro	(54.942)	(76.768)	(250.072)	(201.776)

- (a) O saldo de 31 de dezembro de 2017 das rubricas de despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, juros de arrendamento mercantil, rendimentos de aplicações de reinvestimento e variações cambiais ativas estão apresentados de na linha de juros e rendimentos líquidos na demonstração dos fluxos de caixa.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

32. Compromissos (Consolidado)

Compromissos de arrendamento mercantil operacional controlada Norsa como arrendatária

A controlada contratou arrendamentos comerciais para determinados veículos motores e maquinários. Esses arrendamentos têm vida média entre três e seis anos, sem previsão contratual para opção de renovação. A contratação desses arrendamentos não sujeita a empresa às restrições.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de dezembro estão demonstrados na Nota 15.

Arrendamento mercantil financeiro e compromissos de arrendamento

A controlada Norsa contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para caminhões. Estes arrendamentos possuem prazos determinados de seis anos, e contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. O exercício da opção de compra fica à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, estão demonstrados na Nota 15.

33. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Compromissos advindos da aquisição de ativos imobilizados

Em 31 de dezembro de 2017, as controladas da Solar.BR tinham compromissos de imobilizados a serem realizados em 2018 de R\$115.179 (R\$48.947 em 2016).

Garantias

A Companhia e suas controladas forneceram garantias em 31 de dezembro de 2017 e 2016, conforme divulgado nas Notas 6, 15, 20 e 21.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

33. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Garantias--Continuação

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos e contas a pagar a fornecedores e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. As controladas possuem contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Norsa, Regua e Crystal Águas contratam operações de derivativos, conforme divulgado na Nota 22.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, bem como, conta com o suporte de um comitê de Auditoria, Finanças e Governança (AF&G) o qual presta apoio ao Conselho de Administração no suporte a tomada de decisões relacionadas a operações financeiras. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e seus riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco. Todas as operações com derivativos têm como objetivo exclusivo minimizar flutuações nos custos de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura das controladas. Em paralelo, as transações que envolvem operações de proteção no mercado de derivativos são regidas com base na política de administração de riscos aprovada pelo Conselho de Administração. A política de gestão de riscos impede a Companhia e suas controladas de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, obrigações com arrendamento mercantil, e instrumentos financeiros derivativos.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de dezembro de 2017.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

33. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e no índice de taxas de juros fixas em relação às taxas de juros variáveis da dívida.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos financeiros derivativos e instrumentos de dívida disponíveis para venda.
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2017.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Atualmente 12,72% (27,11% em 2016) dos empréstimos e impostos devidos das controladas são indexados e estão sujeitos a taxas fixas de juros.

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, que não sejam derivativos, referem-se a empréstimos e contas a pagar a fornecedores e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. As controladas possuem contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Norsa e a Regua contratam operações de derivativos, conforme divulgado na Nota 19.

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, bem como, conta com o suporte de um comitê de Auditoria, Finanças e Governança (AF&G) o qual presta apoio ao Conselho de Administração no suporte a tomada de decisões relacionadas a operações financeiras. As principais atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e seus riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e sua disposição para risco. Todas as

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

33. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros --Continuação

operações com derivativos têm como objetivo exclusivo minimizar flutuações nos custos de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura das controladas. Em paralelo, as transações que envolvem operações de proteção no mercado de derivativos são regidas com base na política de administração de riscos aprovada pelo Conselho de Administração. A política de gestão de riscos impede a Companhia e suas controladas de participar de quaisquer operações com derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia e suas controladas antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos e financiamentos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação
2017		
Reais	+20	(19.661)
Reais	-20	19.661
	Aumento/redução em %	Efeito no lucro antes da tributação
2016		
Reais	+20	(25.827)
Reais	-20	25.827

A movimentação presumida em percentual para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Risco de preço de commodities (Consolidado)

As controladas Norsa Refrigerantes S.A, Companhia Maranhense de Refrigerantes e Refrescos Guararapes Ltda.. são afetadas pela volatilidade do preço do açúcar. Devido as relevantes

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

variações observadas no preço desta *commodity*, o Conselho de Administração desenvolveu e implantou uma política de gestão de risco para acompanhar os seus preços, visando mitigar esse risco.

Com base na previsão do fornecimento deste insumo e nas análises do preço atual e tendências futuras, as controladas mantém cobertura para alguns preços de compra mediante contratos a termo.

Risco de preço de commodities (Consolidado)--Continuação

A tabela abaixo apresenta o efeito das variações de preço do açúcar após o impacto da contabilização de *hedge*.

	Variação no preço no final do exercício	Efeito no lucro antes da tributação
2017		
Reais	+15%	(396)
Reais	-15%	396
	Variação no preço no final do exercício	Efeito no lucro antes da tributação
2016		
Reais	+15%	(1.548)
Reais	-15%	1.548

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. As controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber).

Contas a receber (Consolidado)

O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada no escritório central, estando sujeito aos procedimentos, controles e políticas estabelecidas pela Administração. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos e análise do histórico do cliente e de sua reputação no mercado. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência e as entregas para os distribuidores autorizados costumam ter garantias reais.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

33. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma evitando concentração em uma única instituição financeira. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia e suas controladas ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 é o valor registrado como demonstrado na Nota 4, com exceção das garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos. A exposição máxima das controladas em relação às garantias financeiras e instrumentos financeiros derivativos está apresentada na Nota 20.

Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

O objetivo da Companhia e suas controladas é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

O percentual da dívida de curto prazo em 31 de dezembro de 2017 era de 12% e 29% na controladora e no consolidado, respectivamente, (16% e 22% em 2016) com base no valor registrado das debêntures e dos empréstimos e financiamentos refletidos nas demonstrações contábeis.

Gestão do capital social (Controladora)

O capital social é dividido exclusivamente em ações ordinárias, pertencentes a dois acionistas, representados por pessoas jurídicas.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Renosa Participações S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

34. Cobertura de seguros (Consolidado)

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos, conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas do setor. As coberturas de seguros, por eventos independentes, para cobrir eventuais sinistros em 31 de dezembro de 2017, estão resumidas a seguir:

Coberturas	Valor
Empresarial (a)	327.227
Responsabilidade civil geral (b)	10.000
Transportes de cargas (c)	2.500
Danos materiais e corporais	20.000
Responsabilidade civil para administradores	20.000
Lucros cessantes	125.000
Riscos diversos	34.310
	<u>539.037</u>

- (a) Visa cobrir riscos com bens do ativo imobilizado, incêndio, raio, explosão, danos elétricos e furtos qualificados.
(b) Visa cobrir quantias pelas quais vier a ser responsabilizada civilmente, em sentença judicial transitada em julgado
(c) Cobertura de danos eventualmente causados por mercadorias transportadas e por produtos próprios ingeridos por consumidores.

35. Eventos subsequentes:

Em janeiro de 2018 a Administração da companhia iniciou o processo de reestruturação de sua dívida junto aos debenturistas, este processo tem como fundamento financeiro a captação de recurso no mercado financeiro, utilizando a modalidade financeira de ações referenciáveis Resgatáveis (APRs) ao custo de 100% do CDI e a quitação antecipada das debentures.

* * *